

ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS DO INESC PORTO

CONSELHO GERAL

Membros designados pela Universidade do Porto:

Professor Doutor José Carlos Diogo Marques dos Santos (Reitor da UP);
Professor Doutor José Ângelo Mota Novais Barbosa (Presidente do Conselho de Administração da UPTEC);
Professor Doutor Luís António de Andrade Ferreira (Professor Associado da FEUP);
Professor Doutor Daniel Bessa Fernandes Coelho (Professor Auxiliar da FEP).

Membros designados pelo INESC:

Professor Doutor José Manuel Nunes Salvador Tribolet (Presidente do Conselho de Directores e da Comissão Executiva do INESC);
Professor Doutor Pedro Henrique Henriques Guedes de Oliveira (Vogal do Conselho de Directores e da Comissão Executiva do INESC);
Dr. Abílio Ançã Henriques (Vogal do Conselho de Directores e da Comissão Executiva do INESC);
Engº Francisco José de Azevedo Padinha (Vogal do Conselho de Directores do INESC)

Membros designado pela FEUP

Professor Doutor Fernando Nunes Ferreira (Professor Catedrático da FEUP)
Professor Doutor Álvaro Alberto de Matos Ferreira da Cunha (Professor Catedrático da FEUP)

Membro designado pela FCUP

Prof. Doutor Baltazar Manuel Romão de Castro (Director da FCUP)

Membro designado pelo IPP

Engº. Vítor Manuel Correia dos Santos (Presidente do IPP)

MESA DO CONSELHO GERAL

Presidente: Professor Doutor José Carlos Diogo Marques dos Santos
Primeiro Secretário: Professor Doutor José Manuel Nunes Salvador Tribolet
Segundo Secretário: Professor Doutor Álvaro Alberto de Matos Ferreira da Cunha

DIRECÇÃO

Presidente: Professor Doutor José Manuel de Araújo Baptista Mendonça
Vogal: Professor Doutor Artur Pimenta Alves
Vogal: Professor Doutor Mário Jorge Moreira Leitão
Vogal: Professor Doutor Vladimiro Henrique Barrosa Pinto de Miranda
Vogal: Engenheiro José Carlos Caldeira Pinto de Sousa

Comissão Executiva

Presidente: Professor Doutor José Manuel de Araújo Baptista Mendonça
Professor Doutor Artur Pimenta Alves
Engenheiro José Carlos Caldeira Pinto de Sousa

CONSELHO FISCAL

Presidente: Dr. Miguel Nuno da Cruz Brito Pereira
Vogal: Sr. Ramiro da Costa Cortez
ROC: Deloitte & Associados - SROC, S.A., representada pelo Dr. Jorge Beja Neves, como efectivo, e António Marques Dias, como suplente.



CONSELHO CIENTÍFICO

Presidente: Professor Doutor Manuel António Cerqueira Costa Matos

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO CIENTÍFICO

Presidente: Professor Doutor José Carlos Príncipe (Universidade da Florida, EUA)

1. INTRODUÇÃO GERAL

1.1 - CONDICIONANTES INTERNAS E EXTERNAS

Não obstante os resultados positivos apresentados durante o ano de 2006, a actividade do INESC Porto registou um ligeiro decréscimo face a 2005, em grande parte resultante de um decréscimo de 15% nos Subsídios à Exploração.

Importa salientar o grande constrangimento provocado pelas acrescidas exigências de natureza burocrática por parte das várias entidades financiadoras, quer as nacionais, quer a Comissão Europeia, que acarretam inúmeros obstáculos à instituição, nomeadamente no que respeita à carga administrativa necessária para a gestão dos projectos financiados e à crescente dificuldade com o enquadramento e a elegibilidade de despesas incorridas com as actividades desses mesmos projectos.

Um aspecto positivo, merecedor de especial destaque, foi o facto de em 16 de Agosto de 2006, por despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, por delegação do Ministro de Estado e das Finanças, publicado em Diário da República a 27 de Setembro de 2006, ter sido reconhecida ao INESC Porto a isenção de IRC. Esta isenção é retroactiva a 19 de Junho de 2001, data em que foi publicado o despacho do Primeiro-Ministro, de reconhecimento da utilidade pública. A isenção teve um impacto positivo imediato nas contas do INESC Porto, através do reconhecimento de um proveito extraordinário de € 62.690 correspondente ao direito de devolução do IRC pago nos anos de 2001 a 2005.

No que respeita à contratação de investigadores doutorados, no âmbito do Laboratório Associado, importa referir que foram renovados os contratos dos três doutorados contratados até então e que, já no final do ano, foram contratados outros dois doutorados, perfazendo um total de cinco.

Em Dezembro de 2006 foi entregue o montante de 50% referente ao 3º aumento do capital da FiberSensing - Sistemas Avançados de Monitorização, S.A., que passou de € 2.100.001 para € 2.400.000, no qual o INESC Porto participou subscrevendo 33.750 acções, tendo ficado titular de um total de 210.500 acções, representativas de 8,8% do capital da empresa. Atendendo à reduzida percentagem da participação actual, e de acordo com a alínea a) do nº3 da Directriz Contabilística nº 9, o INESC Porto interrompeu, já no exercício de 2005, o método de equivalência patrimonial para registo da sua participação financeira nesta empresa.

O equilíbrio económico da instituição no ano em análise foi conseguido através de uma política consolidada de contenção e racionalização de custos, que se traduziu, inclusivamente, numa diminuição em cerca de 60% do montante anual de prémios de desempenho atribuídos. Há ainda a salientar, e uma vez mais, o acréscimo de proveitos provenientes das actividades de Prestação de Serviços, de acordo com as linhas estratégicas apontadas pela direcção.

Finalmente, não poderíamos deixar de nos congratular pela adesão da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP) e do Instituto Politécnico do Porto (IPP), ao INESC Porto, que teve lugar em Junho de 2006, bem como pelo aumento do capital associativo do INESC Porto em € 700.000, concretizado por efectivas entradas em dinheiro por parte dos associados fundadores, num montante total de € 450.421, pela conversão de suprimentos num montante de € 174.579 e pela valorização de certas contribuições da Faculdade de Ciências e do Instituto Politécnico do Porto, num montante total de € 75.000. A adesão da FCUP traduz o reconhecimento de uma relação forte e duradoura com esta instituição da qual resultou uma das “Unidades bandeira” do INESC Porto: a Unidade de Optoelectrónica e Sistemas Electrónicos. No que respeita ao IPP, a adesão veio consolidar o relacionamento entre ambas as instituições, bem espelhado no número de investigadores desta instituição de ensino superior a desenvolver a sua actividade de investigação no INESC Porto. Esta operação permitiu, por um lado, fortalecer a estrutura financeira do INESC Porto e por outro, consolidar o relacionamento institucional, garantindo uma melhor articulação, geração e potenciação de complementaridades, que certamente permitirão ao INESC Porto melhor prosseguir a sua missão.

1.2 - FONTES DE PROVEITOS

Em termos de actividade, por tipo de fonte de proveitos, a estrutura alterou-se, essencialmente no que respeita ao peso dos Subsídios à Exploração, que diminuiu seis pontos percentuais, a par de um ligeiro acréscimo dos Proveitos Suplementares e dos Contratos de Prestação de Serviços que, em 2006, registaram um acréscimo de um e dois pontos percentuais, respectivamente, face ao peso das outras fontes de financiamento.

Com o encerramento do Sexto Programa-Quadro da Comissão Europeia e o lançamento do novo Programa-Quadro apenas no final de Dezembro de 2006, tal com seria expectável, não se registaram muitas candidaturas a programas europeus em 2006. Em contrapartida, foi mantida uma considerável intensidade de submissão de propostas de projectos de I&D a agências nacionais de financiamento com concursos abertos, particularmente no âmbito da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e da iniciativa de Redes de Competência, Medida 7.1 do Programa Operacional POS_CONHECIMENTO, da Agência de Inovação (ADI). Das várias candidaturas submetidas à ADI, o INESC Porto teve quatro delas aprovadas, sendo que em uma dessas redes de competência é a entidade coordenadora.

1.3 - INSTALAÇÕES

Durante o ano de 2006, toda a actividade se desenvolveu no edifício da Asprela, junto das instalações da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, exceptuando aquela que é desenvolvida pela Unidade de Optoelectrónica e Sistemas Electrónicos, que opera dentro das instalações da Faculdade de Ciências da mesma Universidade.

2. INVESTIMENTOS

O valor do imobilizado adquirido durante o ano de 2006 totaliza € 679.127,49. Este montante inclui o aumento do valor do Investimento financeiro resultante do aumento de capital da FIBERSENSING- Sistemas Avançados de Monitorização, S.A.

O investimento, em cerca de 90% dedicado à aquisição de equipamento de carácter científico e laboratorial, foi em parte financiado pela actividade interna e na parte restante por subsídios ao investimento atribuídos pelas diversas entidades financiadoras.

<u>Tipo de Equipamento</u>	<u>Aquisição de imobilizado</u>
Equipamento Básico	615.373,47
Ferramentas & Utensílios	1.029,90
Equipamento Administrativo	3.155,36
Equipamento de Transporte	32.357,85
Patentes, DPI e Marcas	10.335,91
Investimento Financeiro	16.875,00
	679.127,49

As amortizações do exercício totalizam € 369.520,80.

O valor do imobilizado corpóreo líquido total ascende a € 1.119.371,14, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Imobilizações Corpóreas	Imobilizado Bruto	Amortização	Imobilizado Líquido
Equipamento Básico	3.237.975,82	2.193.640,06	1.044.335,76
Equipamento Transporte	54.728,58	30.460,19	24.268,39
Ferramentas e Utensílios	1.170,41	597,41	573,00
Imobilizado Diverso	47.391,98	30.384,95	17.007,03
Equipamento Administrativo	69.588,20	36.401,24	33.186,96
Total	3.410.854,99	2.291.483,85	1.119.371,14

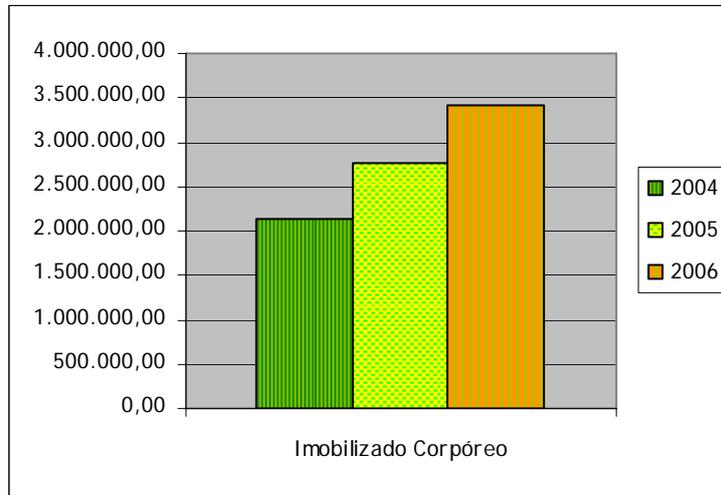


Fig. 1- Evolução do Imobilizado Corpóreo

3. RECURSOS HUMANOS

O quadro e o diagrama que se seguem apresentam a estrutura de Recursos Humanos a 31 de Dezembro de 2006, na qual se pode constatar não ter havido alterações significativas relativamente aos anos transactos.

Tipo de Ligação	N.º de Pessoas
Docentes do Ensino Superior	89
Contratados	69
Bolseiros	75
Estágios não Remunerados	21
Estágios Remunerados	1
Investigadores Convidados	16
Outros Estágios	5
Total	276

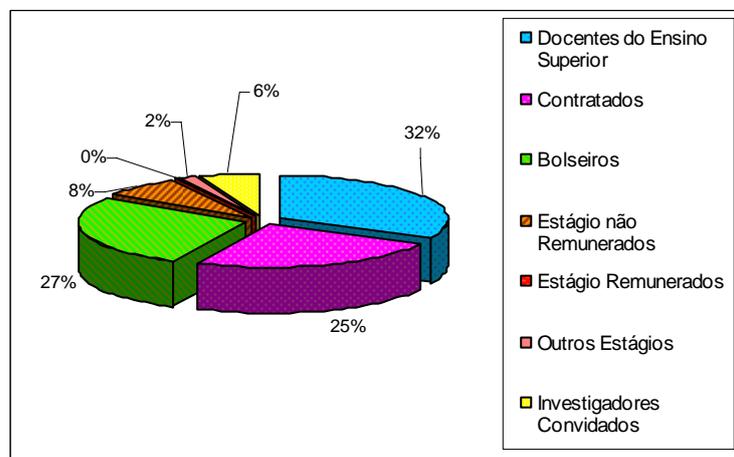


Fig. 2- Estrutura de Recursos Humanos

O número de “Estágios não Remunerados”, à data de 31 de Dezembro é significativo, mas convém salientar que é normal encontrar-se um elevado número de estagiários não remunerados (normalmente alunos finalistas da Faculdade de Engenharia), enquadrados em projectos no INESC Porto, principalmente durante o período correspondente ao segundo semestre do ano lectivo.

A variação ao longo dos últimos três anos, representada no gráfico seguinte, demonstra que os números globais têm vindo a sofrer um ligeiro aumento, sobretudo à custa do aumento do número de bolseiros e de investigadores convidados e docentes do ensino superior.

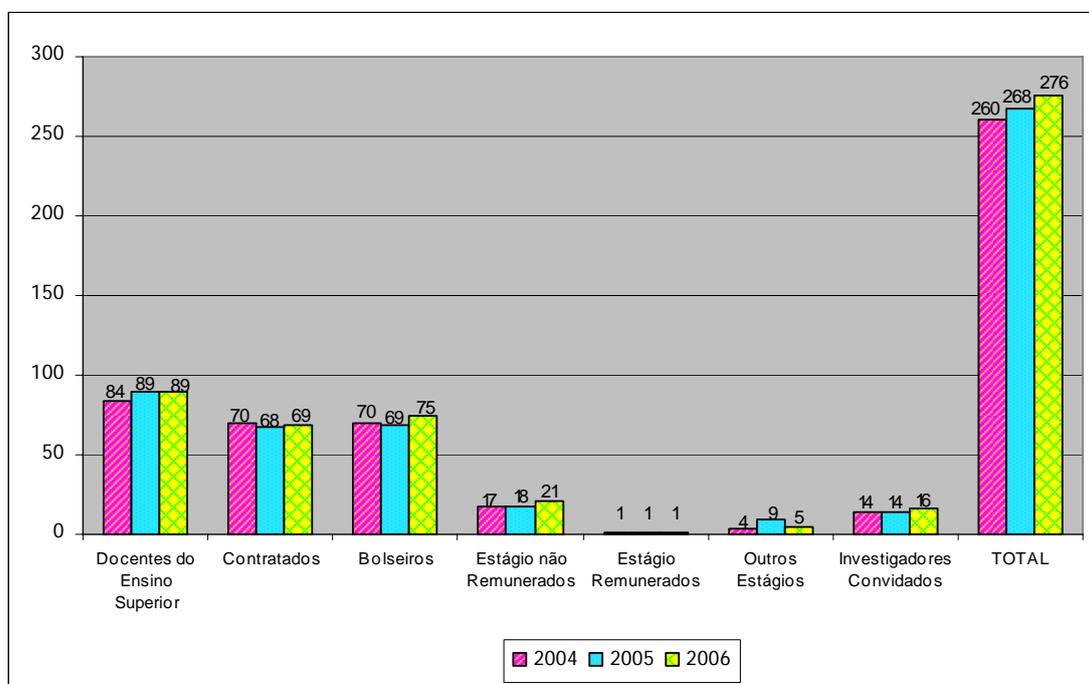


Fig. 3- Evolução dos Recursos Humanos

No tocante à valorização de recursos humanos, foi levado a cabo um conjunto de acções de formação cujo custo, ao longo de 2006, ascendeu a € 69.228,84, envolvendo um total de 65 colaboradores. Este montante, embora inferior ao de 2005, é ainda substancialmente superior aos observados em anos anteriores, em resultado da execução da fase final de um Plano de Formação, financiado pelo PRIME, que terminou em Setembro de 2006.

4. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

4.1 - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

No ano de 2006, o Produto Interno Bruto (PIB) português registou uma variação de 1,3%, em termos reais, acelerando relativamente ao apurado no ano anterior (0,4%). As Exportações de Bens e Serviços aumentaram 8,8% em volume (1,1% no ano anterior), destacando-se como o agregado que mais contribuiu para o crescimento do PIB. O contributo da procura externa líquida para a variação do PIB fixou-se em 1,0 pontos percentuais (-0,5p.p. em 2005), apesar da aceleração das Importações de Bens e Serviços, que cresceram 4,3% em volume em 2006. Por outro lado, a procura interna aumentou 0,2% em termos reais (0,9% no ano anterior), o que resultou da desaceleração das Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes e da quebra das Despesas de Consumo Final das Administrações Públicas (-0,3% em volume).

As perspectivas para a evolução da economia portuguesa no período 2007-2008 apresentadas pelo INE apontam para uma aceleração gradual da actividade económica, num contexto de alguma correcção dos desequilíbrios macroeconómicos internos e de um crescimento moderado dos preços no consumidor. Importa também sublinhar que o início da recuperação da economia em 2006 foi acompanhado de uma efectiva consolidação orçamental que, apesar de ter efeitos temporariamente restritivos, é essencial para melhorar as perspectivas de crescimento económico a médio prazo. A actual projecção aponta para uma recuperação da actividade económica ao longo de todo o horizonte. No entanto, esta é ainda insuficiente para permitir o reinício do processo de convergência real em relação à área do euro, o qual foi interrompido no início da década, muito embora se projecte que o crescimento da economia portuguesa fique próximo do da área do euro no final do horizonte ¹.

Para além deste cenário já mais encorajador, é ainda de salientar a estratégia governativa no âmbito da aplicação em Portugal das prioridades da Estratégia de Lisboa. Esta aplicação consubstancia-se na adopção do Plano Tecnológico, visando a aplicação de uma estratégia de crescimento e competitividade baseada no conhecimento, na tecnologia e na inovação. Tendo em conta as medidas previstas nesta matéria para a investigação e o ensino (Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Regulação e Qualificação; Transferência de Tecnologia e Conhecimento; e Educação e Formação) é de esperar uma panóplia de oportunidades que não deverão ser desaproveitadas pelas instituições que se dedicam a actividades de I&D e transferência de tecnologia.

¹ Fontes INE e Banco de Portugal

4.2 - ANÁLISE DO DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2006, o volume de actividade do INESC Porto atingiu o montante de € 4.702.671, representando um decréscimo face ao ano anterior de aproximadamente 2,75% (-€ 132.980). Este resultado deve-se essencialmente à diminuição de 15% no volume de proveitos relativos a Subsídios à Exploração (-€ 339.817) não compensada pela variação nos Proveitos Suplementares (projectos co-financiados por programas europeus), onde se verificou um acréscimo de 4% (+€ 53.843), em conjunto com o acréscimo observado nas Vendas e Prestação de Serviços de 12% face ao período homólogo (+€ 152.995). Consequentemente, os proveitos operacionais apresentam um decréscimo de 0,5% (-€ 31.927).

O Cash Flow Operacional/EBITDA (ou Resultados Operacionais + Amortizações + Provisões) totalizou € 291.073, tendo aumentado 47% relativamente a 2005 (+€ 93.092). Apesar da deterioração do resultado operacional em mais do dobro do verificado em 2005, ascendendo a quebra a 135% (-€ 126.427), aquela melhoria deve-se na sua grande parte à constituição de provisões (€ 141.774) relativamente aos saldos das contas de projectos cujo recebimento possa constituir algum risco e na restante ao aumento do valor das amortizações em € 77.744. Por conseguinte, verifica-se um acréscimo de 75% nas amortizações e provisões contabilizadas (+ € 219.519). O valor do resultado Operacional indicia que os proveitos Operacionais não são suficientes para fazer face aos Custos Operacionais incorridos. No entanto, há que considerar que os Custos Operacionais incluem € 369.521 de Amortizações, às quais correspondem um Subsídio ao Investimento de € 248.177 que se encontra registado como um proveito extraordinário, não afectando, por conseguinte, os resultados operacionais. O acréscimo observado no Subsídio ao Investimento (+€ 68.730) é quase totalmente explicado pelo investimento avultado realizado em 2006 no âmbito do financiamento ao reequipamento científico da FCT.

O Resultado Financeiro negativo (-€ 70.587) deve-se maioritariamente ao custo da dívida bancária e aos custos com os serviços bancários. O custo do serviço da dívida bancária, fruto da necessidade de recorrer ao crédito para fazer face a necessidades de tesouraria, totaliza € 57.677, representando 81% dos custos financeiros. Cerca de 16% destes custos correspondem ainda a custos de diversos serviços bancários, ascendendo a cerca de € 11.000. Finalmente, apenas 3% dos custos financeiros incorridos corresponde ao custo da emissão de garantias bancárias (€ 1.886).

O Resultado antes de Impostos é positivo, no montante de € 6.353, 57% inferior ao verificado em 2005 (- € 8.468).

Os Resultados Líquidos, que igualam o Resultado antes de Impostos por fruto da isenção de IRC atribuída, ascendem a € 6.353, 47% inferior ao verificado no período homólogo (- € 5.553).

Principais componentes da Estrutura de Custos

Rubrica de Custos	2006	2005	Δ 06/05	Δ %
Fornecimentos e Serviços Externos	3.030.730	2.993.207	37.523	1%
Custos com Pessoal	2.292.839	2.426.431	-133.592	-6%
Amortizações e Provisões	511.295	291.776	219.519	75%
Outros Custos Operacionais	668.751	697.700	-28.949	-4%
Custos Extraordinários e outros	98.539	87.348	11.191	13%
	6.602.154	6.496.462	105.692	2%

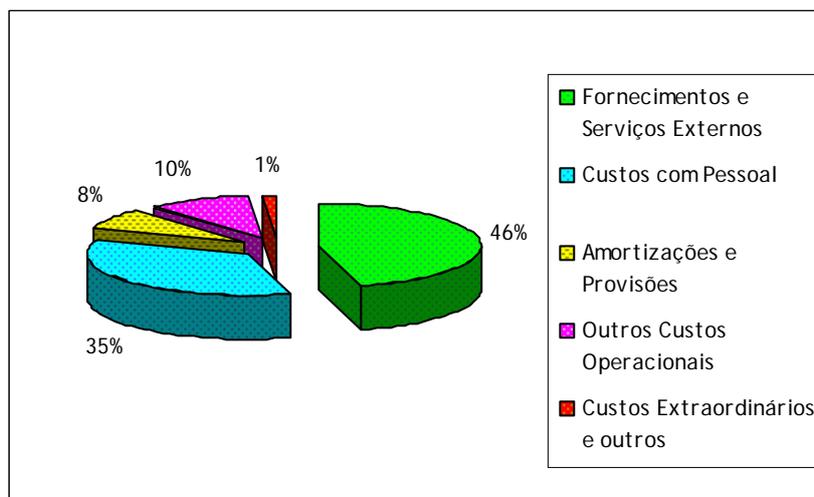


Fig. 4- Estrutura de Custos

Os Custos Operacionais ascendem a € 6.503.615, sendo as suas maiores componentes os Fornecimentos e Serviços Externos (46%) e os Custos com Pessoal (35%).

Acresce que os Fornecimentos e Serviços Externos são maioritariamente compostos pelos custos com os Investigadores Universitários (€ 1.484.176), que analiticamente deverão ser equiparados a custos com pessoal, uma vez que reflectem o custo com a mão-de-obra dos Universitários cedidos ao INESC Porto através do protocolo estabelecido com a Universidade do Porto.

As despesas com Viagens ascendem a € 325.993; com Comunicações a € 95.598; com Seguros a € 76.812 e com Rendas e Alugueres a € 96.326. Os Honorários ascendem a € 162.548, dos quais 85% dizem respeito a complementos de bolsa decorrentes das avaliações trimestrais de desempenho dos bolseiros.

Do montante total dos Outros Custos Operacionais, 64% (€ 430.793) são encargos com Bolsas, enquanto 10% (€ 69.229) são encargos com inscrições em cursos e 9% (€ 60.256) são encargos com Reuniões e Conferências.

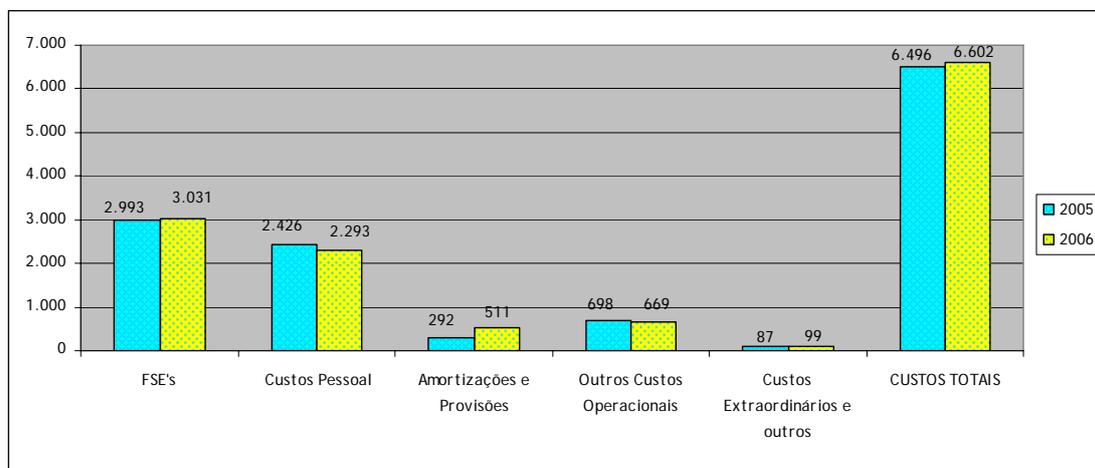


Fig. 5- Comparação Custos (milhares de euros)

Comparando com o período homólogo, observa-se um acréscimo nos custos operacionais de apenas 1% (€ 94.500). A rubrica que mais contribuiu para este acréscimo foi essencialmente a dos Amortizações e Provisões, com um crescimento de 75% (+€ 219.519). Das restantes rubricas, apenas os Fornecimentos e Serviços Externos apresentam um crescimento face a 2005 (1%, + € 37.523). Os Custos com Pessoal diminuiram 6% face a 2005 (- € 133.592).

Os custos com Remunerações e Outros Encargos com Pessoal, que ascendem a € 2.292.839, representam 49% do Volume de Negócios da instituição, diminuindo um ponto percentual relativamente ao ano anterior. Se incluirmos nestes encargos os custos com Bolsas, com os Docentes Universitários e com os Honorários, esses ascenderiam a € 4.590.433, com um peso nos custos totais da instituição de 70% e um peso nos Proveitos Operacionais de 73%.

Principais componentes da Estrutura de Proveitos

Rubrica de Proveitos	2006	2005	Δ 06/05	Δ %
Vendas e Prestação de Serviços	1.469.796	1.316.801	152.995	12%
Proveitos Suplementares	1.293.840	1.239.997	53.843	4%
Subsídios à Exploração	1.939.036	2.278.853	-339.817	-15%
Outros Proveitos Operacionais	1.580.721	1.479.669	101.052	7%
Proveitos Extraordinários e Outros	325.113	195.964	129.149	66%
	6.608.506	6.511.284	97.222	1%

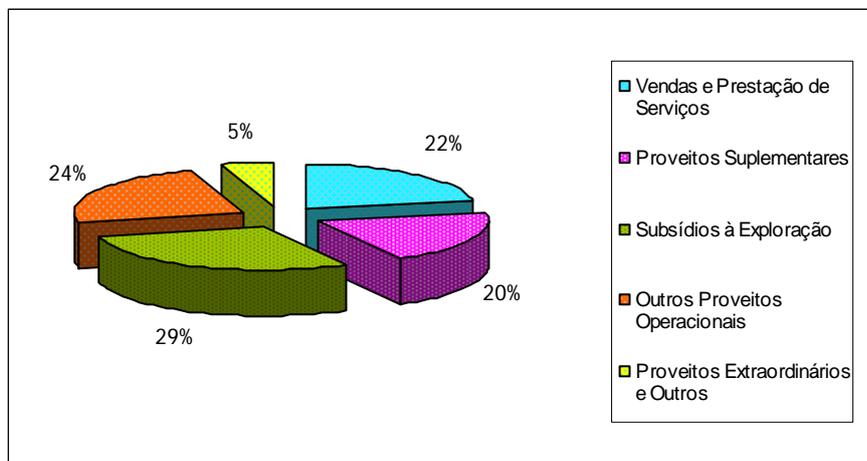


Fig. 6- Estrutura de Proveitos

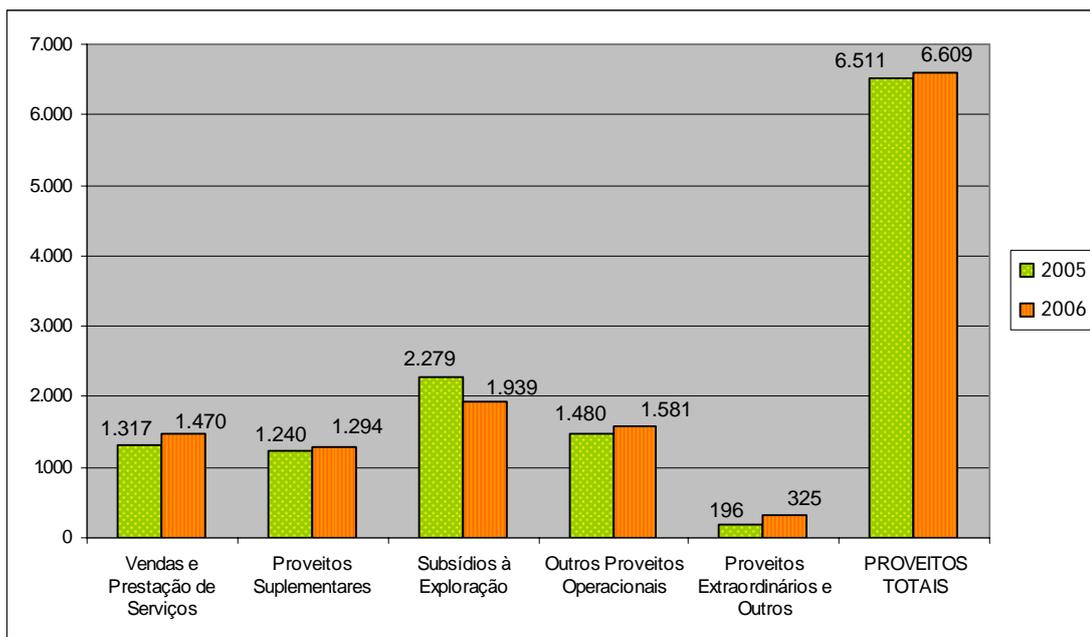


Fig. 7- Comparação de Proveitos (milhares de euros)

Relativamente à estrutura de Proveitos, verifica-se uma ligeira alteração face a 2005 e que se traduz basicamente num aumento dos proveitos decorrentes da actividade de Prestação de Serviços e dos Proveitos Suplementares, relativamente às outras fontes de financiamento. Assim, em 2006, do total de proveitos, 22% são compostos por Prestações de Serviços, quando em 2005 essa percentagem era de 20%. Os Subsídios à Exploração e os financiamentos provenientes da Comissão Europeia, registados em Proveitos Suplementares, e os Subsídios ao Investimento, registados em Proveitos Extraordinários, representam 53% do volume total de proveitos, diminuindo em quatro pontos percentuais a proporção face aos dois últimos anos. Do total dos proveitos, 24% corresponde, ainda, a outros proveitos operacionais que resultam da contabilização da contrapartida por parte da Universidade do Porto, correspondente à utilização das instalações e recursos do INESC Porto pelos docentes/investigadores universitários. A redução substancial dos subsídios à exploração (-15%, ou - € 339.817) deve-se essencialmente aos seguintes factores:

- Decréscimo no montante contabilizado do financiamento PRIME Medida 5.1, Acção A (-€ 194.391), em virtude de alguma prudência na contabilização do financiamento fruto de acertos a contabilizações anteriores;
- Apesar do acréscimo do montante contabilizado do Financiamento Plurianual/Laboratório Associado relativamente a 2005 (+€ 241.970), a forte redução da actividade de outros projectos nacionais (-€ 387.396), justificada pela conclusão do projecto FATEC e do financiamento à Formação PRIME, conduziu a uma diminuição significativa nesta fonte de financiamento.

4.3 - ANÁLISE FINANCEIRA

A análise que se apresenta sintetiza a situação patrimonial e financeira da instituição durante o ano de 2006.

A dívida líquida da instituição diminuiu 23% relativamente a 2005, ascendendo a € 870.511 e a dívida total a € 920.071, o que corresponde a um decréscimo em relação a 31 de Dezembro de 2005 de €260.118 e € 234.093, respectivamente. Assim, em 31 de Dezembro de 2006, a Dívida Líquida da instituição apresentava a seguinte estrutura:

Estrutura da Dívida	2006		2005		Δ 06/05	Δ % 06/05
	saldo	%	saldo	%		
Dívida de Curto Prazo	710.808	77,3%	835.983	72,4%	-125.175	-15,0%
Empréstimos Bancários	710.808	77,3%	835.983	72,4%	-125.175	-15,0%
Outros Empréstimos Obtidos						
Dívida de Médio e Longo Prazo	209.263	22,7%	318.182	27,6%	-108.918	-34,2%
Passivo remunerado	920.071	100,0%	1.154.165	100,0%	-234.093	-20,3%
Disponibilidades	49.560	5,4%	23.535	2,0%	26.025	110,6%
Dívida Líquida	870.511	94,6%	1.130.630	98,0%	-260.118	-23,0%

Esta diminuição da dívida (-23%) resulta, como podemos observar, do decréscimo nos empréstimos bancários a 31 de Dezembro, quer de curto prazo (-15%) quer de médio prazo (-34,2%), fruto da amortização da dívida em virtude dos financiamentos recebidos. No entanto, em resultado dos sucessivos aumentos da taxa de juro, bem como do aumento do valor médio anual do endividamento (+€ 407.677, 46%), pelo facto dos financiamentos terem sido recebidos maioritariamente já em Dezembro, observou-se um acréscimo efectivo dos juros pagos durante o ano (+€ 29.682, 106%). Assim, o *grau de cobertura dos juros pelo Cash Flow Operacional* reflecte precisamente esta situação desfavorável, quer da amortização da dívida apenas no final do ano, quer do aumento da taxa de juro, passando de 5,28 para 4,12. A diminuição da dívida face aos fundos próprios (de 67% para 41%) justifica-se também pelo aumento do capital próprio, enquanto a deterioração do *Cash Flow Operacional* face aos encargos financeiros se deve integralmente ao avultado aumento dos juros de financiamento pagos.

No quadro seguinte são apresentados alguns indicadores que ilustram a evolução da situação financeira da instituição:

	2002	2003	2004	2005	2006
Liquidez geral	1,47	0,74	1,01	1,04	1,38
Autonomia Financeira	0,15	0,14	0,16	0,14	0,26
Investimento	618.761,39	81.729,04	388.244,45	671.234,76	679.127,49
Meios Libertos	394.331,13	343.001,30	338.865,11	303.682,05	517.648,00

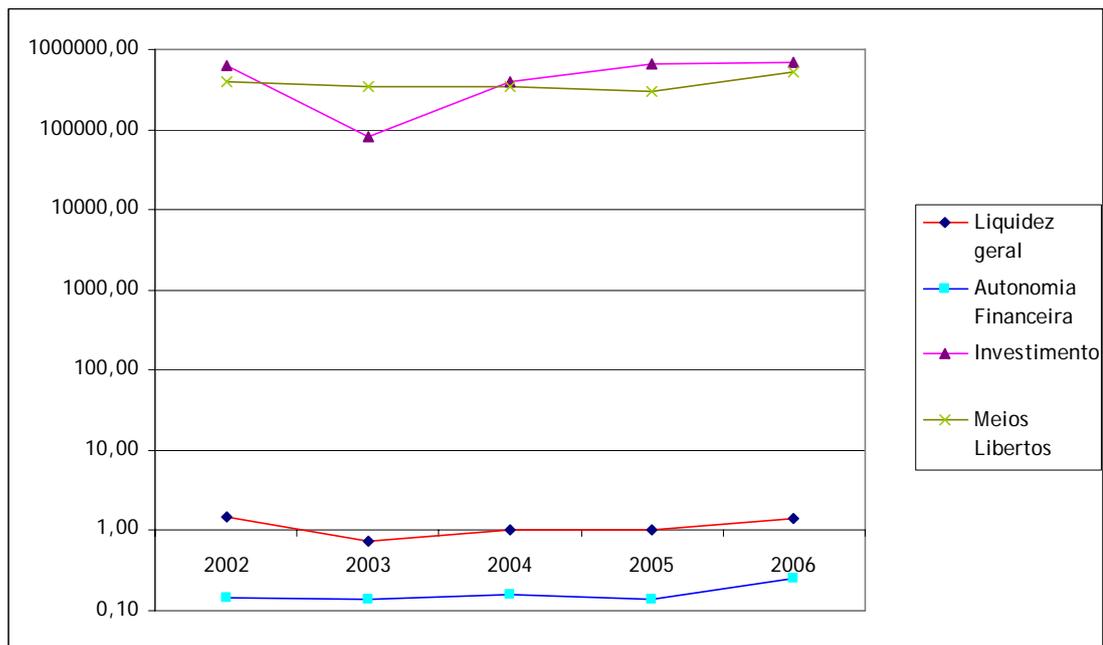


Fig. 8- Evolução de Alguns indicadores Financeiros no período 2002-2006

O rácio de Liquidez Geral indicia uma evolução positiva do equilíbrio financeiro de curto prazo registado no ano anterior tendo sido o activo de curto prazo suficiente para cobrir o passivo de curto prazo. A situação melhorou durante o ano de 2006 em virtude, sobretudo, do aumento do activo de curto prazo, embora também se tenha verificado uma diminuição da dívida bancária de curto prazo.

A Autonomia Financeira, pela primeira vez superior a 20%, aumentou em consequência do aumento do capital associativo, convergindo para um valor que é mais favorável à instituição aquando da análise dos rácios financeiros no âmbito de avaliação de candidaturas a projectos e a concursos públicos.

O investimento realizado em 2006 aumentou apenas 1,18% (+ €7.893).

Apesar da diminuição do Resultado Líquido, os Meios Libertos Líquidos aumentaram significativamente, cerca de 71%, face a 2005, indiciando uma evolução positiva da

tesouraria da instituição, uma vez que representam os excedentes financeiros líquidos gerados pela exploração e por outras actividades.

5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Já em 22 de Fevereiro de 2007 o INESC Porto tornou-se sócio fundador da sociedade Tomorrow Options-Microelectronics, S.A., no âmbito da política de participação do INESC Porto em empresas e da incubação de negócios. O objecto da empresa consiste em “Fabricação de componentes e dispositivos electrónicos, inclusive para fins médicos. Investigação e Desenvolvimento. Exportação, importação, compra e venda de componentes e dispositivos electrónicos, inclusive para fins médicos. Representação de marcas e de produtos. Consultadoria.” e foi constituída com um capital social inicial de € 173.000,00 (cento e setenta e três mil euros). A participação do INESC Porto é de € 23.000,00 (vinte e três mil euros), o que corresponde a 13,3 % do capital social inicial, sendo o capital restante subscrito pelos promotores individuais da empresa. O capital foi realizado em dinheiro em 30%, devendo o restante ser realizado por chamada do Conselho de Administração. Foi designado o Director Eng^o José Carlos Caldeira Pinto de Sousa para o cargo de Administrador não-executivo da sociedade.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que os Resultados Líquidos no valor € 6.353 transitem para a Conta de Resultados Transitados.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final deste exercício, gostaríamos de expressar o nosso agradecimento a todos quantos contribuíram para um melhor desempenho do nosso trabalho.

- Aos Associados, pelo constante acompanhamento da Instituição;
- Ao Conselho Fiscal, pela colaboração prestada;
- Às instituições bancárias que nos apoiaram;
- A todos os colaboradores do INESC Porto.

Porto, 15 de Março de 2007

A Direcção

Professor Doutor José Manuel de Araújo Baptista Mendonça

Professor Doutor Artur Pimenta Alves

Engenheiro José Carlos Caldeira Pinto de Sousa

Professor Doutor Mário Jorge Moreira Leitão

Professor Doutor Vladimiro Henrique Barrosa Pinto Miranda

ANEXO

INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA DE CÁLCULO
Grau de cobertura dos juros pelo Cash Flow Operacional	Cash-flow operacional / Encargos Financeiros Líquidos
Encargos Financeiros Líquidos	Juros e custos similares (68) - Juros e proveitos similares (78)
Gearing	Dívida Líq. / Div.Líq.+ Capital Próprio
Liquidez geral	Activo Circulante / Passivo Circulante
Autonomia Financeira	Capitais Próprios/ Capitais Totais
Meios Libertos	Amortizações + Provisões + Resultados Líquidos